

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS**

**A INCLUSÃO DOS EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO ENSINO
REGULAR: AVANÇOS E DESAFIOS**

LESSANDRA BARBOSA FLORES

**Alegrete
2021**

LESSANDRA BARBOSA FLORES

**A INCLUSÃO DOS EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO ENSINO
REGULAR: AVANÇOS E DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras – Português EaD, da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Alegrete

2021



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Pampa

LESSANDRA BARBOSA FLORES

**A INCLUSÃO DOS EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO ENSINO REGULAR:
AVANÇOS E DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Letras – Português EaD da Universidade
Federal do Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Licenciada em Letras.

Trabalho de Conclusão de curso defendido e aprovado em: 27 de abril de 2021.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Cláudia Camerini Corrêa Pérez

Orientador
(UNIPAMPA)

Profa. Dra. Maria do Socorro de Almeida Farias- Marques
(UNIPAMPA)

Profa. Dra. Marcela Wanglon Richter
(UNIPAMPA)



Assinado eletronicamente por **MARCELA WANGLON RICHTER, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 28/04/2021, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **MARIA DO SOCORRO DE ALMEIDA FARIAS MARQUES, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 28/04/2021, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **CLAUDIA CAMERINI CORREA PEREZ, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 28/04/2021, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0511128** e o código CRC **15DFB929**.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todo o curso de Letras – Língua Portuguesa e Literatura/EaD da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), corpo docente e discente, a quem fico honrada por dele ter feito parte.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me fortaleceu cada vez que pensei em desistir, e que permitiu alcançar todos meus objetivos durante esses anos de estudos.

Às minhas filhas, que sempre confiaram em mim e muito me incentivaram e auxiliaram nessa caminhada, em especial a Priscilla, por ter cuidado das irmãs enquanto eu estudava.

Aos meus pais e familiares pelo apoio encontrado nas horas difíceis.

Aos professores que foram incansáveis nessa jornada de ensino e aprendizagem.

Aos meus colegas de curso, com quem convivi os últimos anos, pelo suporte, dedicação e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formando.

RESUMO

A deficiência auditiva, que varia de perda leve a grave da audição, é contemplada nas políticas de Educação Especial em uma perspectiva inclusiva, o que inclui os alunos com deficiência auditiva no serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e garante sua matrícula nas escolas regulares de ensino. Inserido nesta temática, o presente estudo tem como objetivo geral analisar produções bibliográficas acerca da educação inclusiva dos educandos com deficiência auditiva no Brasil, especialmente, na rede pública de ensino. O referencial teórico do estudo compreendeu uma breve análise do processo histórico das pessoas com deficiência auditiva, além de uma seção voltada, especificamente, à inclusão deste público-alvo. Metodologicamente, o estudo classifica-se como uma pesquisa qualitativa, sendo realizada uma pesquisa bibliográfica, de objetivo exploratório, a partir da seleção de Dissertações, Teses e artigos científicos que abordam o assunto. Os seis trabalhos selecionados foram publicados entre os anos de 2015 e 2020 e contribuíram para responder ao problema de pesquisa voltado a compreender os desafios e as possibilidades oriundas da inclusão dos deficientes auditivos nas escolas públicas. Dentre os desafios, foram mencionados aplicar a formação dos docentes, as metodologias inadequadas e ausência de recursos pedagógicos. Como possibilidades, pode-se apontar o AEE, a utilização de tecnologias assistivas e ferramentas ativas de aprendizagem e a intervenção psicopedagógica nas instituições. Espera-se que este trabalho, mais do que apenas responder a sua proposta inicial, o mesmo possa contribuir para a reflexão sobre a temática e apontar caminhos pertinentes para avançar.

Palavras-chave: deficiência auditiva; ensino regular; inclusão.

RESUMEN

La discapacidad auditiva, que va de leve a severa, está incluida en las políticas de Educación Especial con una perspectiva inclusiva, que incluye a los estudiantes con discapacidad auditiva en el Servicio de Educación Especializada y garantiza su inscripción en las escuelas regulares. Insertado en este tema, el presente estudio tiene como objetivo general analizar producciones bibliográficas sobre la educación inclusiva de estudiantes con discapacidad auditiva en Brasil, especialmente en el sistema escolar público. El marco teórico del estudio comprendió un breve análisis del proceso histórico de las personas con discapacidad auditiva, además de un apartado específicamente centrado en la inclusión de este público objetivo. Metodológicamente, el estudio se cataloga como investigación cualitativa, realizándose una investigación bibliográfica, de objetivo exploratorio, a partir de la selección de Disertaciones, Tesis y artículos científicos que abordan el tema. Los seis trabajos seleccionados fueron publicados entre los años 2015 y 2020 y contribuyeron a dar respuesta a la problemática de investigación orientada a comprender los desafíos y posibilidades que surgen de la inclusión de las personas con discapacidad auditiva en las escuelas públicas. Entre los desafíos, se mencionó la aplicación de la formación docente, metodologías inadecuadas y la ausencia de recursos pedagógicos. Como posibilidades, se pueden señalar la ESA, el uso de tecnologías asistenciales y herramientas de aprendizaje activo y la intervención psicopedagógica en las instituciones. Se espera que este trabajo, más que responder a su propuesta inicial, pueda contribuir a la reflexión sobre el tema y señalar caminos relevantes para avanzar.

Palabras Clave: discapacidad auditiva; educación regular; inclusión.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1. PROCESSO HISTÓRICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA	11
2.2. A INCLUSÃO DOS DEFICIENTES AUDITIVOS NO ENSINO REGULAR BRASILEIRO.....	12
3. METODOLOGIA	16
4. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E OS DADOS COLETADOS	18
5. ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	20
5.1 DESAFIOS E FRAGILIDADES NA EDUCAÇÃO DOS DEFICIENTES AUDITIVOS.....	20
5.2 CAMINHOS POSSÍVEIS PARA A INCLUSÃO DOS DEFICIENTES AUDITIVOS NO ESPAÇO ESCOLAR.....	24
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28

1. INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é uma temática bastante discutida no cenário educacional brasileiro, uma vez que o paradigma inclusivo e os direitos das pessoas com deficiência têm sido reconhecidos recentemente. Nesse sentido, ao longo do século XXI, inúmeras legislações e ordenamentos foram implementando diretrizes e políticas para avançar rumo a uma efetiva inclusão escolar de todos os educandos.

Dentre estas bases legais, cabe destacar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que assegura como finalidade promover “o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares” (BRASIL, 2008), ofertando o Atendimento Educacional Especializado (AEE) (BRASIL, 2011) e outras estratégias para a efetiva inclusão do público-alvo da política.

Os alunos com deficiência, incluídos em tal política, contemplam todas as pessoas que possuem “impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade” (BRASIL, 2008). Isto é, educandos com deficiência física, intelectual, mental, múltipla, visual e auditiva devem ser incluídos no ensino regular e receber atendimentos especializados conforme suas necessidades e singularidades.

Levando em consideração que o deficiente auditivo “ainda encontra muitas barreiras quanto a seu acesso e permanência nas escolas” (CUTRIM; LIMA, 2017, p. 08), discutir essa temática constitui-se como uma questão de tamanha relevância na perspectiva inclusiva. Assim, o presente estudo justifica-se por ampliar o debate em torno da deficiência auditiva e reforçar a necessidade de avançar rumo a plena inclusão das crianças surdas nas escolas brasileiras, o que lhes é de direito.

A fim de compreender e aprofundar os conhecimentos acerca da temática, foi elaborada a seguinte pergunta norteadora: Quais os desafios e as possibilidades relacionadas à inclusão dos educandos deficientes auditivos¹ nas escolas públicas

1 Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2012), a deficiência auditiva refere-se a pessoas com perda auditiva que varia de leve a severa e, geralmente, se comunicam através da língua falada e podem se beneficiar de aparelhos auditivos, implantes cocleares e outros dispositivos auxiliares. A surdez diz respeito à perda auditiva profunda, o que implica em pouca ou nenhuma audição. Os surdos costumam usar a língua de sinais para comunicação.

brasileiras? No trabalho foram utilizados os termos deficiência auditiva e ou pessoa surda, pois foi pesquisada a deficiência no sentido amplo.

Diante disso, o objetivo geral que orienta esta pesquisa é analisar as produções bibliográficas acerca da educação inclusiva dos educandos com deficiência auditiva no Brasil, especialmente, na rede pública de ensino.

Do objetivo geral foram delineados os seguintes objetivos específicos: a) conhecer a trajetória histórica das pessoas surdas; b) investigar o campo legislativo que regulamente a educação inclusiva no Brasil; c) selecionar e analisar Teses, Dissertações e artigos relacionadas à temática entre os anos de 2015 e 2020; d) discutir os avanços e os desafios relacionados à inclusão dos deficientes auditivos no espaço escolar.

A partir da problematização central da pesquisa e dos objetivos mencionados, foi desenvolvido o Trabalho de Conclusão de Curso com o intuito de corresponder à proposta de estudo. As seções seguintes apresentarão as etapas que compõe o presente projeto, como os objetivos, o referencial teórico, a metodologia, as análises e discussões, e por fim, as considerações finais acerca deste estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. PROCESSO HISTÓRICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

A trajetória histórica das pessoas com deficiência auditiva evidencia que essa deficiência nem sempre foi respeitada pela sociedade, famílias e estudiosos, que os consideravam menos capazes de agir com inteligência apenas por não se comunicarem através da oralidade. Assim, ao longo dos séculos, os processos de ensino e de aprendizagem dos surdos foram realizados por diferentes métodos conforme os ideais e as crenças de cada época.

Dessa forma, a partir do século XII, as pessoas surdas não eram reconhecidas como sujeitos com capacidades cognitivas, como as demais pessoas, pois a dificuldade ou a ausência de fala era sinônimo de falta de raciocínio (SCHLÜNZEN; BENEDETTO; SANTOS, 2013). Nesse período da história, as pessoas com deficiência auditiva encontravam muitos preconceitos e julgamentos quanto às suas capacidades, conhecimentos e potencialidades.

As pessoas surdas somente passaram a serem tratadas de forma menos despetosa pela sociedade durante o século XV, momento que representa o final da Idade Média e o início da Modernidade. Segundo Cutrim e Lima (2017, p. 03) era comum o “pensamento de que todos os deficientes deveriam ser tratados por médicos e isolados de tudo e de todos, uma vez que acreditavam que estes representavam perigo não apenas para si próprio, mas também para a sociedade”.

Esse contexto começa a transformar-se quando as famílias ricas que constituíam a elite da sociedade se interessaram em compreender a surdez, já que alguns dos membros dessas famílias tinham a deficiência. A Igreja Católica também demonstrou importância ao assunto, como forma de promover a caridade e as boas ações religiosas.

Alguns avanços importantes são conquistados ao longo do século XVI em razão da ampliação das pesquisas relacionadas, que culminaram na criação de diferentes métodos de comunicação da comunidade surda, como o alfabeto manual, o oralismo e a língua de sinais. O alfabeto manual foi criado por Juan Pablo Bonet para possibilitar a intervenção precoce da criança surda e esta se alfabetizar a partir desta estratégia (BARBOSA, 2011).

Já o oralismo era o método criado e defendido por Thomas Gallaudet, e como o próprio nome diz, enfatizava que as pessoas não deveriam se comunicar por meio de sinais, mas tentar desenvolver a fala. Mas a principal contribuição foi a criação de uma língua de sinais por Charles-Michel de L'Épée, considerado o “Pai dos surdos”. Com base nesse novo método, apoiado pela comunidade surda,

Criou-se em Paris a primeira escola de surdos, fundada por L'Épée (1756), cuja metodologia de ensino consistia no uso de sinais incorporando elementos da língua falada, ou seja, sua filosofia de ensino era manualista e oralista. [...] Foi pela primeira vez na história que os surdos adquiriram o uso do direito de língua própria (BARBOSA, 2011, p. 175).

No Brasil, no século XIX, especialmente no ano de 1857, foi criado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos e a partir de então, diversas instituições se dedicaram à integração dos deficientes auditivos na sociedade. Mesmo com esses importantes avanços no reconhecimento da cultura e da comunicação das pessoas surdas, a sociedade manteve muitos preconceitos relacionados a esse novo método da língua de sinais.

Apenas em um contexto mais recente, a partir do século XX, as pessoas surdas e sua forma de comunicação, ou seja, a língua de sinais, passaram a ser mais compreendidas e priorizadas em eventos e políticas inclusivas, se inserindo lentamente nas legislações mundiais. É importante destacar o Congresso Mundial dos Surdos, que aconteceu no ano de 1971 na cidade de Paris. Esse encontro retornou ao debate em torno da metodologia de ensino mais adequada aos surdos, debatendo a respeito da comunidade surda e suas formas de comunicação (GOLDFELD, 1997).

Com base nesta breve trajetória histórica, percebe-se que ao longo da história “muitos surdos foram excluídos somente porque não falavam, o que mostra que para os ouvintes, o problema maior não era a surdez, propriamente dita, mas a falta da fala” (FELIPE, 2007, p. 131). Aos poucos esse cenário foi se transformando com o fortalecimento da perspectiva inclusiva no Brasil, conforme será apresentado na seguinte seção.

2.2. A INCLUSÃO DOS DEFICIENTES AUDITIVOS NO ENSINO REGULAR BRASILEIRO

No entender de Cutrim e Lima (2017), as pessoas com deficiência passaram a ser introduzidas nas escolas regulares somente por volta das décadas de 80 e 90, após intensas lutas de entidades, estudiosos e da sociedade em geral em busca do direito à educação inclusiva. Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, que defende a matrícula no ensino regular somente aos alunos que tivessem “[...] condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os estudantes ditos normais” (BRASIL, 1994, p. 19).

Da mesma forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, estabeleceu que as escolas deviam promover atendimentos especializados aos alunos através de “classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular” (BRASIL, 1996). Essas legislações garantem a integração apenas daqueles alunos que tem condições semelhantes aos estudantes ditos normais, limitando a inclusão de todos no ensino regular.

O século XXI já se inicia com a promulgação das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001. Essa legislação, diferentemente das demais, afirma em seu artigo 2º que,

Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2001).

Assim, pela primeira vez no contexto brasileiro, todos os educandos com deficiência são contemplados nas escolares regulares, tendo o direito de serem incluídos nesse espaço e recebem o atendimento adequado às suas especificidades de desenvolvimento.

Quanto à inclusão dos deficientes auditivos, a Lei 10.436/2002 reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão, indicando sua institucionalização em órgãos públicos e sua inclusão em currículos de cursos como Educação Especial e Fonoaudiologia. É regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, que aborda a formação do tradutor e intérprete de Libras, e

também a Libras como disciplina curricular dos alunos surdos, uma vez que representa a sua língua materna (BRASIL, 2005).

Além disso, o decreto caracteriza a pessoa surda como aquela que, em razão de “ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (BRASIL, 2005). Salienta ainda que, “considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais [...]” (BRASIL, 2005).

Assim, foram estipulados os graus de audição correspondentes à deficiência parcial ou total, definindo os deficientes auditivos e suas especificidades a serem valorizadas nos atendimentos especializados desenvolvidos no espaço escolar. O decreto influenciou a construção de outras legislações que regulamentam a Educação Especial, visto que o documento assegurou aos surdos a construção de uma aprendizagem bilíngue, valorizando sua língua materna e a Língua Portuguesa.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída pelo Decreto 6.571/2008, foi um marco legal para os direitos dos educandos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, assegurados como público-alvo da inclusão ao ensino regular. Com relação aos alunos com deficiência auditiva, a legislação aponta:

Para o ingresso dos estudantes surdos nas escolas comuns, a educação bilíngue – Língua Portuguesa/Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para estudantes surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais estudantes da escola (BRASIL, 2008).

Em consonância com essas determinações da política que garantem a aprendizagem da LIBRAS como língua materna e da Língua Portuguesa como segundo língua, foi instituída a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, que estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Em seu artigo 10º, a resolução defende que o AEE deve ser realizado em uma sala adequada a partir da matrícula dos educandos no ensino regular, construir redes de apoio com outros profissionais e ter professores capacitados para atuar nesse espaço.

Especialmente acerca do AEE aos educandos com deficiência auditiva, a normativa aponta que se faz necessária a atuação de “outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio [...]” (BRASIL, 2009). O trabalho de profissionais capacitados no campo é de fundamental importância para consolidar o processo de inclusão das pessoas surdas, uma vez que a “ausência desse profissional em sala compromete o processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista que todo esse processo está baseado na comunicação” (HORNES, 2015, p. 65).

3. METODOLOGIA

O presente estudo classifica-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, uma vez que os dados coletados serão analisados a partir do olhar do pesquisador, sem a construção de gráficos e resultados numéricos que se refere ao procedimento quantitativo. De acordo com Minayo (2001, p. 21), “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”.

Quanto ao tipo de pesquisa adotado nesta proposta, pode ser mencionada a pesquisa bibliográfica, que contempla a leitura e a investigação em “material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos [...], bem como o material disponibilizado pela Internet” (GIL, 2018, p. 28). Nesse sentido, ao longo do Trabalho de Conclusão de Curso foram utilizados três dissertações, dois artigos e uma tese, como fontes documentais, legislativas e também produções científicas de autores do campo da Educação Inclusiva.

O objetivo do estudo pode ser definido como exploratório, que vem a contribuir com a proposta deste trabalho. No entender de Gil (2018, p. 27), tal finalidade busca “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos [...]. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento”. Assim, como indica o autor, a pesquisa exploratória apresenta maior flexibilidade para sua realização, ao ser comparada às pesquisas descritivas ou explicativas (GIL, 2018).

A coleta dos dados foi realizada em dois momentos: inicialmente realizou-se a análise histórica da educação dos alunos com deficiência auditiva no Brasil, mencionando algumas das principais legislações e documentos relacionados ao campo.

Posteriormente, foi feita a seleção de Dissertações e Teses que abordem a inclusão dos alunos deficientes auditivos no ensino público regular, entre os anos de 2015 e 2020, através da plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além de artigos científicos selecionados do Google acadêmico. Cabe ressaltar que foram selecionados trabalhos oriundos tanto de universidades federais e estaduais quanto instituições particulares a fim de buscar materiais produzidos acerca da educação pública, indo ao encontro do

objetivo desta proposta. Os descritores foram os seguintes termos: educação inclusiva, deficiência auditiva e inclusão, deficiência auditiva e rede pública.

Os trabalhos escolhidos no processo de coleta de dados foram as produções que mais se relacionaram com a temática discutida, a fim de responder aos objetivos e à pergunta norteadora desta pesquisa. A análise será elaborada após a leitura e a exploração dos materiais e, para melhor observar as fontes utilizadas, será construído um quadro para explicitar os trabalhos, seus respectivos autores e as principais ideias de cada proposta.

Referindo-se à modalidade a qual se caracteriza, esta pesquisa abrange a produção de Artigo Científico, que objetiva a produção de materiais acadêmicos acerca de diferentes temáticas, sendo, neste caso, a inclusão dos deficientes auditivos. O artigo científico deve apresentar as análises finais ou mesmo parciais alcançados por meio da investigação.

4. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E OS DADOS COLETADOS

Após a seleção de Teses e Dissertações produzidas entre os anos de 2015 e 2019, com base nos descritores mencionados anteriormente, foram selecionados sete trabalhos que apresentam discussões pertinentes para alcançar os objetivos desta investigação. O quadro 1, abaixo, evidencia os títulos dos trabalhos, bem como a autoria, o Programa e a respectiva Universidade, além do ano em que foi concluído.

Quadro 1 – Teses e Dissertações selecionadas

TÍTULO	AUTOR	UNIVERSIDADE	PROGRAMA	TIPO DE TRABALHO	ANO
Políticas públicas de inclusão de alunos com deficiência de 1994 a 2014: limites e perspectivas na inclusão de alunos surdos no município de Colombo-PR	REGIANE TIMOTEO DAS NEVES BALDI	UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ	EDUCAÇÃO	DISSERTAÇÃO	2016
A inclusão e escolarização dos alunos com deficiência auditiva e surdez no ensino fundamental em Brasilândia/MS: desafios, avanços e perspectivas	CLARICE KAREN DE JESUS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	EDUCAÇÃO	DISSERTAÇÃO	2016
A constituição de surdos em alunos no contexto escolar: conflitos, contradições e exclusões	MARCIA CRISTINA BARRETO FERNANDES DE ABREU	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	EDUCAÇÃO	TESE	2016
Objetos educacionais como instrumentos mediadores no processo de ensino e	DILMA PEREIRA DOS SANTOS	UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA	EDUCAÇÃO	DISSERTAÇÃO	2016

aprendizagem da Língua Portuguesa para alunos com deficiência auditiva					
A utilização das metodologias ativas como ferramenta de inclusão dos alunos com deficiência auditiva em sala de aula: desafios e oportunidades	MARIELI ROSSETO <i>ET AL.</i>	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	EDUCAÇÃO	ARTIGO	2020
Psicopedagogia e a educação de crianças com deficiência auditiva	FERNANDA APARECIDA DE SOUZA	REVISTA GESTÃO E EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	ARTIGO	2020

Fonte: Autora (2021).

5. ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 DESAFIOS E FRAGILIDADES NA EDUCAÇÃO DOS DEFICIENTES AUDITIVOS

A presente seção visa analisar as contribuições dos trabalhos selecionados quanto aos desafios e dificuldades enfrentadas na educação dos deficientes auditivos. Nesse sentido, a Dissertação intitulada “Políticas públicas de inclusão de alunos com deficiência de 1994 a 2014: limites e perspectivas na inclusão de alunos surdos no município de Colombo-PR”, produzida por Regiane Timoteo Neves e publicada em 2016, embora tenha como foco a surdez, realiza interessantes discussões a respeito da deficiência auditiva.

A pesquisa desenvolvida no referido trabalho realizou-se nas escolas regulares de educação básica no Município de Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba, sendo investigada a educação voltada a educação dos surdos e alunos com deficiência auditiva através de entrevistas semiestruturadas com três instituições públicas, sendo uma municipal e duas estaduais.

Um grande desafio evidenciado na análise dos dados coletados voltou-se à ausência de profissionais especializados aos alunos surdos ou com deficiência auditiva nas escolas pesquisadas, além de péssimas condições de remuneração, trabalho e formação continuada. No entender da autora (NEVES, 2016, p. 119), esses desafios fazem pensar com relação à inclusão desses educandos, ao mesmo tempo, “sem duvidar da capacidade dos intérpretes, mas da falta de formação oferecida pelo Estado e se os poucos cursos oferecidos atendem às necessidades básicas para nortear o trabalho desses professores, interpretes e educadores”.

Além disso, o trabalho aponta como dificuldade “a resistência por parte de alguns professores em mudar suas metodologias, que resistem a novos processos de aprendizagem” (NEVES, 2016, p. 119). Portanto, a análise do contexto pesquisado indica que os alunos com deficiência auditiva e surdez têm condições mínimas de aprendizagem visto que as escolas convivem com instalações impróprias, equipe com pouca formação especializada e demasiadas atribuições educacionais, ausência de atendimento fonoaudiológico ou psicológico, dentre outras questões.

A segunda dissertação selecionada, “A inclusão e escolarização dos alunos com deficiência auditiva e surdez no ensino fundamental em Brasilândia/MS: desafios, avanços e perspectivas”, desenvolvida por Clarice Karen de Jesus e publicada em 2016, aborda inúmeros desafios vivenciados pelos deficientes auditivos no cotidiano escolar de escolas localizadas em Brasilândia/MS.

O primeiro desafio encontrado na pesquisa refere-se à fragilidade dos Projetos Políticos-Pedagógicos (PPP) analisados, visto que os documentos não abordam, com maior profundidade, os aspectos pedagógicos articulados à diversidade, à inclusão, ao Atendimento Educacional Especializado, às necessidades e deficiências dos alunos matriculados, ao funcionamento da Sala de Recursos, aos materiais pedagógicos e outras questões. Assim, verificou-se que o PPP é superficial e incompleto quanto aos educandos incluídos no ensino regular.

Da mesma forma que a dissertação anterior, este trabalho considerou que as “escolas comuns ainda não estão totalmente preparadas para atender os alunos com deficiência, não somente no que diz respeito aos profissionais, mas aos cursos de formação continuada” (JESUS, 2016, p. 91) voltados à educação dos alunos com deficiência auditiva. Além disso, uma das instituições pesquisadas destacou a carência de recursos pedagógicos para trabalhos com esses educandos.

Por fim, a autora defendeu que ficou perceptível ao longo da investigação que a inclusão dos deficientes auditivos se encontra assegurada, muitas vezes, apenas no processo de ingresso ao espaço escolar e na garantia de matrícula. Entretanto, enfatizou a autora Jesus (2016, p. 94) que “a inclusão não consiste em somente colocar o aluno PAEE² nas classes comuns, mas fornecer ferramentas para que esses alunos sejam escolarizados de forma que suas especificidades sejam atendidas”.

O terceiro trabalho consiste na tese desenvolvida por Márcia Cristina Barreto Fernandes de Abreu, com o título de “A constituição de surdos em alunos no contexto escolar: conflitos, contradições e exclusões”, publicada no ano de 2016. A instituição investigada localiza-se na cidade Uberlândia/MG e se caracteriza como uma escola da rede municipal que oferta a etapa do Ensino Fundamental.

No contexto investigado, a partir da aplicação de entrevistas, foi observado que a escola, embora oferta cursos de formação para a aprendizagem da LIBRAS,

2 A sigla refere-se aos alunos que são Público Alvo da Educação Especial conforme descrito na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

não há um amplo interesse por parte dos professores do ensino regular, dos alunos e da comunidade em participar. Outro desafio apontado pela autora diz respeito ao preconceito aos deficientes auditivos e surdos e à falta de reconhecimento da comunidade surda e da LIBRAS pela sociedade em geral e familiares.

No caso da maioria dos alunos participantes, essa percepção vem da dificuldade e de não aceitação da diferença por parte da família, da escola e da sociedade; essa percepção vem como uma diferença difícil e complicada de se lidar. Às vezes, essa dificuldade pode aparecer como um sentimento de abandono, solidão, enfim, da falta do outro [...] (ABREU, 2017, p. 147).

Assim, as escolas pesquisadas ainda se encontram dando os passos iniciais rumo à qualidade educacional dos alunos com deficiência auditiva, visto que, aliado à falta de capacitação dos professores, observam-se práticas e comportamentos limitantes e ultrapassados que ainda afetam negativamente a aprendizagem desses alunos.

A dissertação intitulada “Objetos educacionais como instrumentos mediadores no processo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa para alunos com deficiência auditiva”, escrito por Dilma Pereira dos Santos no ano de 2016, enfatiza os principais desafios associados à alfabetização dos educandos com deficiência auditiva. Dentre eles, a autora esclarece que, durante a observação das práticas pedagógicas desenvolvidas com esses alunos, percebeu-se que os docentes não buscaram realizar estratégias diferenciadas para reduzir as dificuldades de aprendizagem, pois, possuem a concepção de que pouco se pode fazer para auxiliá-los em seu desenvolvimento.

Além disso, como o trabalho da referida dissertação voltou-se ao uso de tecnologia assistiva em sala de aula, foram apontados desafios quanto à utilização desses recursos para facilitar a aprendizagem dos deficientes auditivos, bem como acerca da formação sobre tecnologia assistiva (SANTOS, 2016). As práticas observadas tornavam-se extremamente cansativas aos alunos com deficiência auditiva, por não atenderem suas especificidades e características, desconsiderando suas capacidades.

O quinto trabalho selecionado intitula-se “A utilização das metodologias ativas como ferramenta de inclusão dos alunos com deficiência auditiva em sala de aula: desafios e oportunidades”, e consiste em um artigo publicado em 2020 a partir da

colaboração de seis pesquisadores (ROSSETO; BATISTELLA; MASSUDA; OSTWALD; STURMER; MARQUES, 2020).

Quanto aos desafios enfrentados na educação dos alunos deficientes auditivos, os autores mencionam que as aulas tradicionais, pautadas, principalmente na utilização de livros didáticos e aulas expositivas, não estimulam o envolvimento e a aprendizagem desses alunos. Por isso, os pesquisadores defendem a necessidade do trabalho pedagógicos nas escolas regulares se fundamentarem em metodologias ativas de aprendizagem. Segundo os autores:

As pessoas com deficiência auditiva enfrentam diversos obstáculos, geralmente impostos pela sociedade, que os julgam incapazes, por possuírem dificuldade de participar da educação escolar regular. Essa dificuldade poderia ser minimizada ao oferecer estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, socioafetivo, linguístico e político-cultural (ROSSETO *ET AL.*, 2020, p. 55).

Nesse sentido, a falta de utilização de recursos mais dinâmicos, interativos e adequados às capacidades e potencialidades de cada educandos se mostra uma grande fragilidades dos sistemas de Educação Básica, bem como a precariedade da formação profissional que não estimula a adoção de estratégias pedagógicas mais inovadoras e inclusivas.

O artigo de Fernanda Aparecida Souza Silva, publicado em 2020, intitulado “Psicopedagogia e a educação de crianças com deficiência auditiva”, salienta como a primeira dificuldade na inclusão de deficientes auditivos a centralização do problema nas crianças, ao invés de “reconhecer que a sociedade é que precisa mudar sua maneira de enxergar as pessoas, rompendo com as barreiras que aumentam a discriminação” (SILVA, 2020, p. 74).

Além disso, a autora enfatiza que tanto a surdez quanto a deficiência auditiva pode comprometer amplamente o acesso à linguagem e “o processo de aprender a ler, tanto a nível de decodificação como de compreensão da língua” (SILVA, 2020, p. 77), produzindo dificuldades no desenvolvimento integral das potencialidades dos alunos deficientes auditivos.

Esta seção apresentou as principais dificuldades e fragilidades investigadas nos trabalhos selecionados neste estudo e, a seguir, serão abordados os caminhos possíveis para promover a aprendizagem e a inclusão dos alunos com deficiência auditiva no espaço escolar.

5.2 CAMINHOS POSSÍVEIS PARA A INCLUSÃO DOS DEFICIENTES AUDITIVOS NO ESPAÇO ESCOLAR

Nesta seção, serão apresentadas algumas possibilidades e estratégias capazes de conquistar uma inclusão com maior qualidade para os alunos com deficiência auditiva. Em seu trabalho “Políticas públicas de inclusão de alunos com deficiência de 1994 a 2014: limites e perspectivas na inclusão de alunos surdos no município de Colombo-PR”, Regiane Neves aponta alguns caminhos importantes para consolidar tal finalidade no município investigado.

Dentre eles, a autora mencionou que todos os alunos surdos e com deficiência auditiva possuem intérprete e/ou monitores para auxiliá-los nas atividades e facilitar sua comunicação e entendimento. Além do fato de que quase todas as escolas do local possuem Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) para atendimento especializado, o município conta com “centros de atendimento que oferecem estimulação precoce para as crianças na faixa etária de zero a cinco anos para alunos que já possuem diagnóstico confirmado de deficiência auditiva” (NEVES, 2016, p. 120).

O AEE, mais do que potencializar as capacidades cognitivas, sociais e comunicativas dos alunos deficientes auditivos, incentivam a realização de propostas pedagógicas no cotidiano escolar, oportunizando meios de ampliar a autonomia na realização de tarefas pessoais, relacionamentos e ações meio à sociedade em geral. Tal trabalho realizado em Colombo, segundo a autora, representam aspectos de extrema relevância na educação desses alunos (NEVES, 2016).

A dissertação “A inclusão e escolarização dos alunos com deficiência auditiva e surdez no ensino fundamental em Brasilândia/MS: desafios, avanços e perspectivas”, por sua vez, também ressaltou a presença de intérpretes e auxiliares para atuar junto aos surdos e deficientes auditivos, bem como a disposição de inúmeros materiais diferenciados para o trabalho pedagógico nas SRM e nas salas de aulas comuns, o que pode viabilizar o desenvolvimento de metodologias adequadas às necessidades de tais educandos.

Os entrevistados pertencentes às escolas do município de Brasilândia também relataram que “as famílias dos alunos estão presentes na escola e participam da vida escolar dos seus filhos” (JESUS, 2016, p. 93). Ainda na visão da pesquisadora, o principal caminho rumo à inclusão dos deficientes auditivos consiste na formação continuada tanto dos professores do ensino regular quanto dos profissionais que atuam no AEE, intérpretes e auxiliares.

A tese desenvolvida por Márcia Cristina de Abreu, “A constituição de surdos em alunos no contexto escolar: conflitos, contradições e exclusões” analisa, individualmente, as experiências dos alunos surdos e deficientes auditivos em sua escolarização, por isso, enfatiza como pontos positivos em sua investigação alguns casos de aceitação e reconhecimento da comunidade e língua surda na educação dos filhos, embora a maioria dos responsáveis ainda não estimule o desenvolvimento da LIBRAS e sua valorização na constituição da identidade dos alunos.

Embora a escola apresenta muitos aspectos a serem aprimorados, a autora evidencia a presença de um instrutor surdo que ensina de LIBRAS aos alunos que ainda estão em processo de aprendizagem da língua, intérprete e o AEE, serviços que proporcionam a realização de atividades específicas para o aluno surdo e deficientes auditivos, no período de contraturno escolar (ABREU, 2016). Assim, observou-se que “no caso dos alunos pesquisados, todos apresentaram proficiência em LIBRAS, apesar disso, mantêm contato com o instrutor de LIBRAS, um profissional que também é surdo e serve como uma importante referência de identificação para o aluno” (ABREU, 2016, p. 145).

Como o objetivo da dissertação “Objetos educacionais como instrumentos mediadores no processo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa para alunos com deficiência auditiva” foi investigar a influência desses objetos para o desenvolvimento desses educandos, os caminhos apontados pela autora Dilma dos Santos dizem respeito aos meios tecnológicos. A pesquisadora utilizou-se dos objetos educacionais HagáQuê e Tux Paint que visavam à produção escrita e leitura.

Os objetivos tecnológicos utilizados pela autora durante suas intervenções tiveram como foco a leitura e a produção textual dos alunos, visto que durante as observações ficaram evidentes o desinteresse e os desafios encontrados nas práticas tradicionais dos docentes com os alunos deficientes auditivos e surdos. Tais

propostas potencializaram os aspectos visuais, o raciocínio lógico de ideias, o interesse pelos saberes trabalhados, tornando prazerosa e produtiva a aprendizagem dos alunos (SANTOS, 2016, p. 129).

Pode-se considerar que os Objetos de Aprendizagem apresentados neste estudo são instrumentos que potencializam a aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva com relação a leitura e escrita, uma vez que os alunos da pesquisa produziram diferentes textos de forma muito participativa e mostraram grande interesse em produzir textos, ainda que apresentassem dificuldades de registros, verificou-se a superação deles ao longo do processo (SANTOS, 2016, p. 130).

Assim, após as análises dos dados coletados na investigação, a autora percebeu o quanto as novas tecnologias e ferramentas educacionais podem ser inclusivas e potencializadoras para todos os alunos, sejam eles com ou sem deficiência auditiva.

O artigo “A utilização das metodologias ativas como ferramenta de inclusão dos alunos com deficiência auditiva em sala de aula: desafios e oportunidades”, de Rosseto et al. (2020), menciona aproximadamente dez conceitos e estratégias referentes de metodologias ativas para o trabalho no viés da inclusão escolar, tais como: Seminários, Estudo Dirigido, Júri simulado, Estudo de caso, Sala de aula invertida, Aprendizagem baseada em problemas, Gamificação, Ensino híbrido, Aprendizagem entre pares ou grupos e Aprendizagem baseada em projetos.

Segundo os pesquisadores do artigo, as metodologias ativas devem ser consideradas importantes ferramentas didáticas aos alunos deficientes auditivos por “despertar o interesse dos alunos em sala de aula, tornando-os protagonistas de sua própria aprendizagem, visto que os alunos se sentem entusiasmados em aprender quando proposto de formas diferentes, que vinculam tecnologias” (ROSSETO ET AL., 2020, p. 58).

Nesse sentido, o referido artigo e o trabalho anterior fortalecem a utilização de tecnologias educacionais como caminhos possíveis para avançar na direção da efetiva inclusão e na aprendizagem dos alunos surdos e deficientes auditivos. Os métodos tradicionais, que enfatizam a oralidade, acabam por não valorizar as especificidades deste público, prejudicando, assim, o desenvolvimento da comunicação e da compreensão dos conhecimentos abordados.

O último material selecionado é o artigo produzido por Fernanda de Souza Silva, denominado “Psicopedagogia e a educação de crianças com deficiência auditiva”, indica a intervenção psicopedagógica como uma estratégia necessária para “para que todos os participantes do processo de ensino e aprendizagem (professores, alunos e família) possam se conscientizar de seus papéis como facilitadores da inclusão” (SILVA, 2020, p. 79).

A partir dos laudos que evidenciam os diferentes níveis de perda auditiva, este profissional pode ser capaz de traçar os possíveis objetivos e as ferramentas adequadas para suas necessidades. Para tanto, “o psicopedagogo deverá considerar os aspectos cognitivos, psicológicos, culturais e sociais, procurando despertar o desejo de aprender da criança” (SILVA, 2020, p. 79), seja ela deficiente auditiva ou surda.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale lembrar que o problema de pesquisa que orientou o presente estudo foi a seguinte pergunta: Quais os desafios e as possibilidades relacionadas à inclusão dos educandos deficientes auditivos nas escolas públicas brasileiras? Nesse sentido, a seleção dos materiais bibliográficos, isto é, Dissertações, Teses e artigos científicos, publicados entre os anos de 2015 e 2020 e relacionados com a temática em questão, possibilitaram responder à problematização elencada e atingir o objetivo deste trabalho. Ao aplicar os referidos filtros referentes ao período de publicação e termos pertinentes ao tema, observou-se o quanto os trabalhos de conclusão e artigos privilegiam a abordagem da educação bilíngue dos surdos como foco de pesquisa.

A partir das discussões empreendidas nas seções analíticas deste trabalho, foi possível observar uma série de aspectos negativos que em muito fragilizam a inclusão dos deficientes auditivos nas escolas regulares do contexto brasileiro. Conforme os autores dos trabalhos selecionados, os principais resultados encontrados quanto aos desafios a serem enfrentados nesse assunto referem-se à formação continuada dos profissionais da educação, às metodologias pedagógicas, à carência de recursos didáticos e de infraestrutura adequada para atendê-los, bem como a resistência e o preconceito ainda existentes tanto nas famílias, nas escolas quanto na sociedade.

Dentre as possibilidades e caminhos necessários para avançar no viés inclusivo, os autores apontam a demanda das escolas contarem com profissionais especializados, que tenham capacitação adequada para trabalhar com os deficientes auditivos, as Salas de Recursos Multifuncionais e o Atendimento Educacional Especializado, a utilização de tecnologia assistiva e ferramentas mais dinâmicas para atuar em sala de aula e a importância da intervenção psicopedagógica nas instituições, de forma a construir um trabalho articulado com o ensino regular.

Embora os autores evidenciem que a maioria das escolas investigadas contam com intérpretes para atuar junto aos alunos surdos, cabe ressaltar que os alunos deficientes auditivos têm direito a contar com um monitor pedagógico específico para acompanhar e facilitar sua aprendizagem em sala de aula,

auxiliando o professor regente nas atividades. As escolas pesquisadas retrataram realidades específicas e, por isso, os resultados encontrados quanto à presença desses profissionais não pode ser generalizada, como se todos os municípios brasileiros contassem com intérpretes e monitores.

Outra questão não mencionada nos trabalhos selecionados refere-se à disponibilização do Sistema de Frequência modelada pessoal (FM) aos alunos deficientes auditivos da Educação Básica. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), esse “recurso tecnológico visa melhorar a comunicação e interação de deficientes auditivos com professores, colegas e família, e ajudá-los a desenvolver mais rapidamente as competências sociais e a linguagem oral” (MEC, 2013).

Assim, embora apresente outras possibilidades para que os alunos com deficiência auditiva possam comunicar-se com efetividade e melhorar sua aprendizagem, como o sistema FM possui um microfone que deve ser usado pelo professor para que transmita diretamente as explicações, muitos docentes mostraram-se resistentes a fazer sua utilização. Tal dificuldade foi e é vivenciada atualmente no decorrer das experiências enquanto mãe de duas alunas deficientes auditivas matriculadas em escolas regulares.

Esse desafio, aliado às fragilidades apontadas nos trabalhos, constituem inúmeros aspectos a serem melhorados para consolidar uma educação mais inclusiva e de qualidade para os deficientes auditivos. Espera-se que, nesse sentido, este trabalho, além de responder à problematização inicial, contribua para refletir sobre a temática e buscar caminhos pertinentes para avançar.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia Cristina Barreto Fernandes de. **A constituição de surdos em alunos no contexto escolar: conflitos, contradições e exclusões**. 2016. 175 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia- UFU, Uberlândia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188483?show=full> Acesso em: 20 mar. 2021.

BARBOSA, Leonarley Rodrigo Silva. A Língua Brasileira de Sinais como inclusão social dos surdos no sistema educacional. **Revista Polyphonia**, v. 22, n. 1, 2011. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/21216> Acesso em 26 nov. 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm Acesso em: 14 jul. 2020.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm Acesso em: 08 abr. 2021.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm Acesso em: 08 abr. 2021.

_____. MEC/SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192 Acesso em: 11 jul. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em 25 nov. 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994. Disponível em <https://inclusaoja.files.wordpress.com/2019/09/polc3adtica-nacional-de-educacao-especial-1994.pdf> Acesso em: 24 nov. 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> Acesso em: 26 nov. 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Recurso tecnológico atenderá alunos com deficiência auditiva**. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/deficientes-auditivos#:~:text=Recurso%20tecnol%C3%B3gico%20atender%C3%A1%20alunos%20com,%C3%9Anico%20de%20Sa%C3%BAde%20\(SUS\)](http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/deficientes-auditivos#:~:text=Recurso%20tecnol%C3%B3gico%20atender%C3%A1%20alunos%20com,%C3%9Anico%20de%20Sa%C3%BAde%20(SUS).). Acesso em: 26 mar. 2021.

_____. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf Acesso em: 25 nov. 2020.

CUTRIM, Ana Paula Mendes; LIMA, Christiane Valêska Araújo Costa. **A INCLUSÃO ESCOLAR DO DEFICIENTE AUDITIVO NO ENSINO REGULAR: desafios e conquistas**. VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/ainclusaoescolardodeficienteauditivonoensinoregular-desafioseconquistas.pdf> Acesso em: 26 nov. 2020.

FELIPE, Tanya. **Libras em contexto: curso básico**. 8 ed. Rio de Janeiro: Walprint, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/848/84842555015.pdf> Acesso em 18 nov. 2020.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. São Paulo: Plexus, 1997.

HORNES, Andréia. **O deficiente auditivo e a inclusão na escola regular**. XII Congresso Brasileiro de Educação. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16627_9019.pdf Acesso em: 25 nov. 2020.

JESUS, Clarice Karen de. **A inclusão e escolarização dos alunos com deficiência auditiva e surdez no ensino fundamental em Brasilândia/MS: desafios, avanços e perspectivas**. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190834?show=full> Acesso em: 21 mar. 2021.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf> Acesso em: 05 jan. 2020.

NEVES, Regiane Timoteo das. **Políticas públicas de inclusão de alunos com deficiência de 1994 a 2014: limites e perspectivas na inclusão de alunos surdos no município de Colombo-PR**. 2016. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <https://tede.utp.br/jspui/handle/tede/1584> Acesso em: 25 mar. 2021.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre a deficiência**/ The World Bank; tradução Lexicus Serviços Lingüísticos. - São Paulo. SEDPcD, 2012. 334 p. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf?sequence=4 Acesso em: 01. abr. 2021.

ROSSETO, Marieli et al. A utilização das metodologias ativas como ferramenta de inclusão dos alunos com deficiência auditiva em sala de aula: desafios e oportunidades. **Educationis**, v. 8, n. 1, p. 53-60, 2020. Disponível em: <http://sustenere.co/index.php/educationis/article/view/3888> Acesso em: 26 mar. 2021.

SANTOS, Dilma Pereira dos. **Objetos educacionais como instrumentos mediadores no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa para alunos com deficiência auditiva**. 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2016. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UOES_b0237d17e798fa4c2cbf364e77242428 Acesso em: 23 mar. 2021.

SCHLÜNZEN, Elisa Tomoe Moriya; BENEDETTO, Laís dos Santos; SANTOS, Danielle Aparecida do Nascimento. **História das pessoas surdas: da Exclusão à Política Educacional Brasileira Atual**. 2013. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/65523/1/I02_t02.pdf Acesso em 28 nov. 2020.

SILVA, Fernanda Aparecida Souza. PSICOPEDAGOGIA E A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA. **GESTÃO & EDUCAÇÃO**, v. 2, n. 3, p. 73-82, 2020. Disponível em: <http://revista.faconnect.com.br/index.php/GeE/article/view/27> Acesso em: 26 mar. 2021.